

EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS E AUTONOMIA POPULAR NA HISTÓRIA SOCIAL: APROXIMAÇÕES ENTRE E. P. THOMPSON E CASTORIADIS

CARLO MAURIZIO ROMANI*

RESUMO

O presente artigo em comemoração ao vinte anos do falecimento de E. P. Thompson, busca analisar as aproximações conceituais e teóricas existentes entre o historiador inglês e o filósofo Cornelius Castoriadis. Além desse compartilhamento intelectual, ambos seguiram um percurso de engajamento político no segundo pós-guerra cujas atividades profissionais estiveram conectadas a um projeto de transformação social do mundo. Isso se evidencia, não somente nas publicações de cunho claramente político desse período, como também, na própria transformação trazida à história social pelos trabalhos de Thompson.

PALAVRAS-CHAVE: E. P. Thompson, Castoriadis, história social.

ABSTRACT

This article was written specially to celebrate the twentieth birthday of E. P. Thompson's death and try to analyze the conceptual and theoretical approximations between Thompson and Cornelius Castoriadis. Beyond their close intellectual ideas, both used to follow the same engaged politics activities for social transformation of the world in popular movements after Second War. This engagement is realizable, not only in their specific politics publications, but, also, in all of the social history works written by Thompson.

KEYWORDS: Thompson, Castoriadis, social history.

As novíssimas lutas sociais no Brasil e a história de Thompson

O terreno insondável já vinha sendo preparado havia anos através da construção contínua de uma rede de ativistas com relações externas tornadas quase que invisíveis ao grande público. De repente, a explosão de um movimento popular espontâneo, por vezes violento, e com alto grau de organização e conteúdo político, originado em uma dada localidade e motivado por demandas pontuais e específicas, mas que rapidamente se multiplicou para diversas outras regiões com um ataque direto ao Governo e aos proprietários, assumindo, em alguns momentos, características insurrecionais explícitas. Falamos da Inglaterra da segunda década do século XIX, ou do Brasil da segunda década do século XXI? Peço permissão a Alexandre Fortes por esta breve cópia da criativa forma por ele usada, embora diferente no conteúdo aqui exposto, ao iniciar seu artigo sobre a atualidade de E. P. Thompson.¹ Retirei e recriei acima algumas passagens da obra do eminente historiador britânico sobre o movimento de resistência luddista da segunda década do século XIX² e procuro mostrar, a meu modo, a atualidade de suas reflexões.

O mês de junho de 2013 surpreendeu a muitos analistas políticos, entre os quais vários historiadores voltados para a história social, boquiabertos com o crescimento vertiginoso em poucas semanas de uma luta por um motivo aparentemente tão pequeno e praticada do lado de fora da organização centralizada de partidos, sindicatos ou movimentos sociais já consolidados e muitas vezes, contrária a esses. Surpreendeu-me mais, contudo, a própria surpresa que demonstraram os colegas com a possibilidade da capacidade de organização autônoma de jovens trabalhadores urbanos, questionando-lhe a sustentação futura. Entendo até que a origem dessa surpresa resida, em grande medida, no desconhecimento das novas dinâmicas sociais em curso, agora, desses novíssimos movimentos populares nascidos no alvorecer do novo milênio durante as chamadas lutas anti-globalização, movimentos

horizontais que, ao utilizarem de práticas auto-organizativas, diferenciam-se dos modos de organização popular politicamente centralizados, consagrados desde a década de 1980. Mas, para além deste estranhamento com o muito novo, creio que a dificuldade para o entendimento deste fenómeno social contemporâneo deva-se muito mais ao pequeno interesse existente hoje em dia entre a maioria dos historiadores pela produção de uma história relacionada aos temas dos movimentos sociais e das lutas populares como um todo, em suas mais variadas formas e conteúdos, o que nos leva, se quisermos não ser surpreendidos novamente, a ter de reaprender este ofício como nos havia ensinado Thompson.

A presente homenagem a Edward Palmer Thompson, vinte anos após seu falecimento, coincidiu com a explosão desses maciços protestos ocorridos em todo o país no mês de junho de 2013 e que em algumas localidades persistiram posteriormente de modo contínuo, embora com menor intensidade e participação de pessoas, mas com um conteúdo político cada vez mais claramente anticapitalista. As palavras “lutas populares”, “história social” e “E. P. Thompson” são absolutamente indissociáveis, presentes, seja em toda a produção historiográfica desenvolvida pelo inglês ao longo de seus 60 anos de vida, seja na efetiva e contínua atividade política e socialmente engajada por ele praticada. Proponho aqui, refletir um pouco sobre o que entendo deva ser o sentido a ser dado à história social a partir das contribuições políticas e conceituais trazidas por Thompson e, ao nome dele somarei, também, o de Cornelius Castoriadis, falecido quatro anos depois, em 1997.

Ambos talvez tenham sido os dois grandes intelectuais do segundo pós-guerra mais empenhados na defesa intransigente de uma sociedade efetivamente socialista, tanto em sua prática organizativa quanto em sua condução política: o nome de Thompson ficará associado ao do humanitarismo e o de Castoriadis ao da autonomia e da autogestão. Em

proximidade, além da atividade política desempenhada e do rompimento com o burocratismo stalinista dos partidos comunistas europeus ocidentais, o exercício de uma atividade intelectual predominantemente fora da academia, espaço institucional que tradicionalmente torce o nariz àqueles companheiros de ofício que abraçam também o caminho do ativismo social, ainda mais quando o fazem fora do mainstream da política. Este artigo busca discutir a produção historiográfica da história social entrelaçada a uma necessária luta social praticada pelo historiador, usando como apoio para este enfoque o trabalho realizado por Thompson e Castoriadis, apesar das poucas referências mútuas trocadas entre eles, que apresentaram uma maior aproximação em suas ideias nas décadas de 1960. Tanto para um quanto para outro, a produção do conhecimento somente teve sentido na medida em que sustentou um projeto de transformação social revolucionário, no que pese a dificuldade hoje em dia de se precisar o significado deste último termo, e embasou com seus conceitos lutas populares e movimentos sociais no decorrer de toda a trajetória intelectual e acadêmica de ambos.

A história social continua com seu fazer vindo de baixo, no entanto a produção historiográfica recente aponta para uma tendência ao esvaziamento dos conteúdos com ênfase nas lutas classistas praticadas por diferentes movimentos sociais populares, nas cidades e no campo, cujas demandas transversais de ordem econômica, ambiental e social, mostram-se incompatíveis com a realidade sistêmica atual e são insolúveis sem um tipo de abordagem que nos obrigue a refletir sobre a necessidade de uma radical mudança de valores no mundo contemporâneo. No melhor dos casos, a história social, atualmente, tem servido como instrumento legitimador de políticas inclusivas para as chamadas minorias ou como suporte técnico de apoio e reatualização a práticas culturais populares e tradicionais, marginalizadas da cultura midiática. Talvez, porque essas modalidades de pesquisas ao gerarem

ações trazendo uma materialização real e um retorno visível do trabalho efetuado, ganharam espaço junto aos novos historiadores sem fazê-los ter de problematizar a fundo as questões de ordem sistêmica. Institucionalmente, a história social mostra-se muito mais preocupada em manter as conquistas obtidas pelo campo desde fins da década de 1980, com a proliferação dos programas de pós-graduação nessa área de concentração em todo o país – fenômeno que tem dado sinais de esgotamento com a diversificação temática surgida nos últimos quinze anos – do que empenhada em debater possibilidades reais de transformação para uma sociedade que apresenta claros sinais de desequilíbrio em diversas áreas enredadas entre si: econômica, ambiental, climática, psíquica...

Para fustigar o papel social relativo ao historiador e ao intelectual de modo geral como o de um pensador criticamente atuante no tempo presente, portanto imprimindo-lhe um forte componente ético-moral além daquele predominante técnico-científico ao qual se subordina na atualidade, vamos iniciar este texto traçando um breve panorama histórico para mostrar o paralelismo existente entre esses dois autores que tão bem souberam seguir esse caminho.

E. P. Thompson

E. P. Thompson, nome pelo qual ficou conhecido este britânico de Oxford que combateu o fascismo na Segunda Guerra, militou nas fileiras do Partido Comunista da Grã-Bretanha até romper com o autoritarismo da ortodoxia marxista na década de 1950 e desfilar por algum tempo essa dissidência nas páginas da *New Left Review*, marcou a historiografia mundial da segunda metade do século XX inscrevendo seu nome na história como o historiador mais frequentemente citado e um dos 250 autores mais citados em todos os tempos.³ Essa popularidade seguramente proveio de seu renovador trabalho da social history inglesa

na década de 1960, trazendo, com a publicação de seu *The making of the English working class* (1963) um novo entendimento da constituição histórica do operariado inglês e da ideia de classe social nele presente. Muito provavelmente seu trecho mais citado tenha sido aquele em que no prefácio do livro aponta para a formação da classe como “resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas)” cujos participantes dessas experiências “sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si”, em oposição aos de outros, e que em cada lugar e tempo materializam-se de modo original.⁴

Portanto, um entendimento sobre o pertencimento a uma classe não como uma constante de ordem econômica, previamente dada, mas como sendo algo compartilhado durante um processo, que é variável de lugar para lugar, de época para época, resultado de uma relação histórica e espacial que impede sua pré-determinação, ou fixação em uma estrutura. Distanciando-se da concepção materialista marxista e do estruturalismo em voga na época, a inquisição que sofreu sua pouco dialética conceituação de classe, entre outras questões, o levará na década seguinte ao confronto de ideias com Louis Althusser e a escrever *The Poverty of Theory* (1978), aquele que seria seu único livro a tratar especificamente de teoria, ou melhor, sobre o falseamento que a teoria pode fazer, e muitas vezes faz, das evidências empíricas.⁵ Mas equivocam-se aqueles que circunscreveram Thompson à prática de uma história meramente empírica, ideia, aliás, que como veremos adiante, está na raiz de uma parte dos problemas que descaracterizaram atualmente o sentido original dado à história social. Thompson advogava para a história uma “exploração aberta do mundo”, feita com o rigor teórico necessário, mas não o de uma teoria engessada no tempo, associada à prática de um diálogo contínuo com as fontes, confrontando empiricamente os conceitos formulados.⁶

Edgar de Decca, um dos responsáveis pela primeira edição brasileira da suas obras, o apontou como um legítimo herdeiro do radicalismo inglês do século XVIII e de suas tradições intelectuais e libertárias,⁷ termos, aliás, usados pelo próprio Thompson para definir o terreno seminal a partir de onde se materializou a experiência de luta dos trabalhadores ingleses.⁸ *A formação da classe operária* e *Senhores e caçadores*, originalmente *Whigs and hunters* (1975), ambos traduzidos para o português somente em 1987, foram fundamentais para a continuidade da formação das novas gerações de historiadores brasileiros recém-saídos da ditadura de 1964. Até então, havia sido traduzida para a língua portuguesa apenas sua obra mais teórica com o título de *Miséria da Teoria*, em 1981, e a coletânea de ensaios organizada por ele na fase politicamente engajada no pacifismo e no movimento antinuclear da década de 1980, *Exterminismo e Guerra Fria*, traduzida em 1985 e originalmente publicada em 1982.⁹ A nova historiografia social anglo-saxã ingressou na universidade brasileira no início da década de 1970 na esteira da chegada dos estudos culturais na área de Antropologia e da produção paralela de uma “história antropológica”, em São Paulo principalmente através da Unicamp,¹⁰ e no Rio de Janeiro, ainda mais nitidamente, do Museu Nacional,¹¹ influenciando toda uma geração brasileira pioneira que fez amplo uso da literatura thompsoniana em língua inglesa. Além das indagações sobre a formação da classe operária no Brasil pelo precursor Michael Hall,¹² um dos introdutores de Thompson entre nós, e do próprio de Decca já citado, também Dea Fenelon, Kazumi Munakata, Amnérís Maroni e Maria Guzzo Decca foram alguns dos primeiros historiadores, entre fins dos anos 70 e início dos 80, a cavarem com seus trabalhos esse novo espaço na academia brasileira. Um legado que posteriormente se institucionalizaria na Unicamp, que criaria uma área de concentração específica em História Social do Trabalho, e nos programas de pós-graduação de outras

universidades, como a PUC-SP e a UFF, por exemplo, cada vez mais produzindo pesquisas com temas pertinentes a essa nova história social.

Podemos afirmar categoricamente que os textos de Thompson e seu uso por essa nova geração de historiadores foram determinantes para a expansão da história social no Brasil durante a década de 1980 e na seguinte, tomando o espaço acadêmico antes ocupado pelas tradicionais histórias econômica e política, ou ainda, por uma produção da história social ainda marcada por uma concepção marxista tradicional. Em relação a esta última matriz, mesmo sem nunca ter rompido diretamente com o marxismo – apesar de suas críticas a Marx, Thompson continuou sempre afirmando sua filiação a essa tradição – a inflexão trazida pela sua obra ao introduzir o termo “cultura” na perspectiva classista tradicional que privilegiava os aspectos relativos à infraestrutura, permitiu também que novos sujeitos “aparecessem” na história. Os camponeses, por exemplo, considerados como trabalhadores pré-políticos, porque ainda ausentes da consciência de classe desenvolvida com a modernidade industrial, tornaram-se novos atores políticos em um palco que anteriormente os excluía, ou lhes reservava o espaço nostálgico destinado aos habitantes de um mundo em extinção.¹³ A esses rebeldes primitivos da época de transição do campo à cidade, camponeses, bandidos, ludditas, espontaneístas, anarquistas, juntaram-se, mulheres, negros, escravos, gangues urbanas, índios, caboclos, enfim, uma pluralidade de sujeitos protagonistas dessa nova história social que com relativo atraso em relação a outros países, passaram também a ser tema e fazer parte da produção historiográfica brasileira a partir da década de 1980.

Homem anti-establishment por excelência, mas membro do grupo de historiadores do partido comunista até sua saída dele, Thompson foi uma espécie de profissional amador da História, se dermos o sentido de amador àquele que com engajamento passional

prática a profissão e a coloca como instrumento para o alcance de seu projeto de vida, em seu caso o da luta cotidiana pelo socialismo. Desse modo, produziu seus mais polêmicos trabalhos fora da universidade, militando no sindicalismo e auxiliando a educação fora de época de trabalhadores. Nunca foi de fato o que se entende por um acadêmico fazendo carreira na universidade e pela sua postura política nem o conseguiria ser. Quando foi contratado como docente em Leeds, o foi por tempo determinado, e só assim poderia ter ocorrido para alguém que anunciou como projeto numa das primeiras reuniões de departamento “ter em mente criar revolucionários”¹⁴... Afinal o projeto revolucionário socialista de fato, antes das esferas públicas da política, inicia-se já nos locais de atuação do militante, no seu bairro, na escola, e principalmente no trabalho, como o da universidade, espaços onde logo o profissional amante da prática política socialmente engajada se depara com um sistema educativo e científico pré- estabelecido e avesso às transformações sociais abruptas e profundas. A sujeição ao campo dominante torna-se quase que um pré-requisito à ascensão na carreira, ou então resta-lhe praticar a luta intestina junto aos colegas de área para substituir um campo de domínio por outro, intenções que nem de longe passaram pela cabeça deste historiador, mais preocupado em lutar em arenas externas aos muros da universidade.¹⁵

Thompson, não está sendo aqui homenageado somente pelo seu determinante papel na transformação da prática de pesquisa e de escrita da história mundial, fato que por si só já seria suficiente. Mas, se deve ser homenageado, o é pela aura criada em torno de sua vida, pelo seu engajamento político nas lutas sociais de seu tempo, pela corajosa crítica empreendida nos anos 50 à ausência de socialismo presente no partido comunista britânico e no de outros países europeus, parceiros do autoritarismo soviético, e, principalmente, por trazer com sua própria experiência de vida às páginas da história do século XX, a crença na

possibilidade real da prática e da realização de um modelo socialista radicalmente democrático cuja direção política pudesse ser dada e conduzida pelos próprios trabalhadores.

Cornelius Castoriadis

Intelectual e ativista político, crítico do comunismo soviético e intransigente defensor de um socialismo autenticamente socialista, tivemos, do outro lado da Mancha, Cornelius Castoriadis. Este filósofo de origem grega e aderente na juventude da IV Internacional, chegou à França pouco antes do final da Segunda Guerra, permanecendo clandestino no país nos anos seguintes até obter a cidadania francesa na década de 1970. Por conta disso, publicou frequentemente sob pseudônimo¹⁶ nas páginas de *Socialisme ou Barbarie*, a revista independente da esquerda francesa lançada em 1949, na qual passou a defender um projeto revolucionário para a sociedade à margem de um partido dirigente marxista-leninista e protagonizado pelo conjunto dos trabalhadores da sociedade autogerindo a produção.

Em seu entendimento, o real conteúdo do socialismo não reside na conceituação de um modelo de administração econômica pensado a priori, mas emerge como resultado de uma construção popular através do acúmulo de experiências históricas vindas do aprendizado cotidiano dos trabalhadores. O socialismo de Castoriadis difere não somente do aspecto dirigista dado pelos partidos comunistas aos processos revolucionários, mas, no limite, da própria impossibilidade de uma teorização prévia de seu modelo econômico. Os trabalhadores, da mesma forma, não são sujeitos previamente fadados a serem uma classe antagonica aos burgueses capitalistas, mas se constituem como sujeito consciente de sua posição na sociedade quando se forjam e reconhecem na fábrica, ou em outros locais de produção, enquanto grupo oprimido

dentro do processo produtivo, que tanto pode estar sob domínio de uma empresa capitalista ou da gestão estatal de uma nação que se intitule socialista. É desse grupo de trabalhadores que se reconhecem enquanto sujeitos oprimidos, mas que são os executores do processo produtivo, tanto na fábrica como nas demais unidades produtivas e distributivas urbanas e rurais, que poderia se desencadear, ou não, durante a explosão de um movimento revolucionário, o comprometimento com a autogestão da produção e com a organização política autônoma da sociedade, pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma futura sociedade socialista. O controle sobre o processo produtivo e a autogestão como modelo administrativo é que foram colocados por Castoriadis como o contraponto possível aos modelos econômicos existentes, denominados por ele de capitalismo burocrático, porque baseados na divisão social do trabalho entre gerentes e produtores.

O conceito de capitalismo burocrático não somente se referia às formações econômicas capitalistas surgidas do entre-guerras em diante, bem como a toda a economia planificada soviética e de seus satélites no segundo pós-guerra. Essa aproximação pela via do burocratismo entre os modelos de gestão econômica de oponentes políticos arquirrivais foi tida por demais intolerável pelos seus colegas marxistas. Somada a essa compreensão pouco ortodoxa do socialismo, o silenciamento de praticamente toda a esquerda mundial (do existencialismo de Sartre ao trotskismo de Ernst Mandel) diante do esmagamento da Revolução Húngara feito pelo exército soviético em 1956 – uma revolução sustentada pelos e nos conselhos de fábrica e entendida por Castoriadis como a experiência revolucionária concreta da classe trabalhadora e o caminho real para o socialismo¹⁷ – provocou seu distanciamento definitivo de toda tradição política marxista à qual esteve anteriormente engajado e a construção de uma dura crítica ao edifício teórico do autor alemão.

De fato, podemos perceber um contínuo deslocamento de Castoriadis em relação às posições políticas tradicionais de toda a esquerda comunista durante os anos à frente da revista e do grupo de *Socialisme ou Barbarie*.¹⁸ Se nos primeiros números o anti-stalinismo e o ataque ao burocratismo soviético ocuparam o principal espaço da revista nos textos escritos pelo filósofo, a partir de 1956 é o próprio marxismo-leninismo que passa a ser desconstruído no que concerne ao seu conteúdo, ou melhor, ao seu não conteúdo socialista. Castoriadis nos fornece fortes subsídios para se pensar a luta dos trabalhadores na fábrica não como algo resultante de uma tomada de consciência proletária abstrata desencadeada por um processo externo de educação política dos trabalhadores, mas como emergente no próprio terreno da fábrica.¹⁹ A partir desse entendimento diferente do consagrado pelos partidos políticos e sindicatos da esquerda até então, envolveu-se em todo debate teórico sobre o autonomismo da década de 1960 e que sustentou, em grande medida, a luta dos operários franceses e italianos no final dos anos 60 e início dos anos 70, fazendo surgir as correntes do poder popular e da autonomia operária no cenário político europeu dessa última década.

Castoriadis foi muito mais duro com Lenin do que o foi com Marx, uma vez que o russo simbolizava para ele a encarnação pragmática, a qualquer preço, do socialismo vitorioso. Isto ficará presente no reconhecimento positivo que faz dos últimos escritos de Marx, em particular nos da *Guerra civil em França*, quando esse percebe na experiência instituinte desenvolvida pela população parisiense durante a Comuna uma materialização do vago termo ditadura da proletariado anteriormente criado.²⁰ A partir da experiência concreta dos communards, tida por ele como sendo “essencialmente um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a

emancipação econômica do trabalho”,²¹ Marx reconheceu nessa capacidade administrativa e organizativa provinda dos próprios trabalhadores, o vetor possível para uma eventual edificação da sociedade comunista.²² Ou, ainda, quando Castoriadis valoriza o fato de que o “elemento revolucionário explode nas obras da juventude de Marx” e em seguida admira nele querer “destronar a filosofia especulativa proclamando que não se trata mais de interpretar, mas sim de transformar o mundo” e valoriza a tradição marxista que “recusa a oferecer-se previamente a solução do problema da história e uma dialética consumada”, uma das “intuições essenciais do jovem Marx”.²³ Tratam-se, justamente, dos trabalhos mais desprezados posteriormente pela ortodoxia teórica marxista, tidos ou como fruto ainda da imaturidade ou como desvios de fim de carreira do filósofo alemão.

Que mau encontro teria então ocorrido durante a maturidade marxiana e que se tornou o cerne de praticamente toda a tradição marxista posterior? A que se deve essa incapacidade do homem adulto estabelecido em sonhar e ousar as transformações pensadas na juventude e retomadas na reconciliação idealista consigo mesmo no limiar da morte? É essa a crítica e o sentido que se deve dar ao teor da desconstrução empreendida posteriormente da teoria marxista, presente na primeira parte de *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Após o desastre do socialismo real consumado não somente pelo exercício autoritário do socialismo soviético sobre a população dominada, mas, principalmente, pelo vazio deixado na mente de toda uma juventude revolucionária emergente na década de 1960, tornada órfã de seus pais, essa crítica tornou-se o caminho possível para a defesa do socialismo contra aqueles que se apropriaram dessa palavra dando-lhe, infelizmente, o significado hoje em dia consagrado de burocracia e falta de liberdade. Castoriadis teve de demonstrar a limitação de uma economia socialista que se desenvolveu como contraponto à economia política clássica, mas cujo

projeto não conseguiu desvincular-se dessa em sua forma. A obsessão pelo industrialismo, fato mais presente em Engels do que em Marx, levou, durante a concretização do projeto socialista por Lenin, à subordinação das forças produtivas a um sistema administrativo que “socializou” técnicas desenvolvidas para uma sociedade de acumulação capitalista. Isso mostrou-se um grave erro de ordem teórica. A neutralidade da técnica, e se quisermos, o próprio logos totalizante da ciência moderna, um dos pressupostos do modelo marxiano será desmontado por Castoriadis, que lhe atribui um papel determinante na reprodução de um sistema de acumulação contínua, incompatível com um projeto socialista.²⁴

Aproximações e distanciamentos entre Thompson e Castoriadis

Se diferem substancialmente em relação a esse ponto – a crítica thompsoniana diretamente dirigida a Marx é muito mais sutil – Castoriadis compartilha com Thompson, além de uma trajetória de vida militante e combativa, um conjunto propositivo de ideias com uma compreensão não dogmática e esquemática da teoria materialista e o entendimento muito próximo no que se refere à questão da classe e à função da história. Para o franco-grego atirador, falando de seu lugar enquanto ator político e social, não se deve “na qualidade de revolucionários, reduzir a história precedente da humanidade a esquemas simples”.²⁵ Da mesma forma procede sua crítica ao fatalismo histórico presente na ideia apriorística do proletariado como sujeito revolucionário, o que o leva a admitir que “se a atividade das classes e dos grupos sociais (como indivíduos) fazem aparecer novos elementos não-predeterminados e não-predetermináveis então seremos obrigados a sair do clássico esquema marxista e a encarar a história de uma maneira essencialmente diferente”.²⁶ E torna-se evidente a aproximação com a crítica de Thompson ao estruturalismo althusseriano, quando faz a

pergunta: quem fala sobre a história? E responde: “é alguém de uma época, de uma sociedade, de uma classe determinada”.

Para Castoriadis esse ser humano historicamente irreduzível “que fundamenta a possibilidade de um conhecimento histórico, é o que impede que este conhecimento possa um dia adquirir o estatuto de um saber totalizado e transparente”.²⁷ Todo o pensamento é historicamente determinado, assim como as relações sociais se dão em cada tempo de um modo diferente. Isso lhe permitiu tecer um elogio da obra teórica econômica de Marx como uma grande intérprete da realidade da Inglaterra de seu tempo, mas circunscrevê-la somente a essa realidade sócio-histórica. Em outros termos, toda teoria é histórica e espacialmente determinada, “somente pode enunciar aquilo que já se conhece ou o que se pode pensar em conhecer”. Seu uso futuro ou em outros contextos implica em reatualizações contínuas que na maior parte das vezes a transformam num Frankenstein de uso inapropriado.

A partir da publicação de *Marxisme et théorie révolutionnaire* (1965)²⁸ na qual, mais do que criticar a teoria histórica marxista, foi a crítica implícita feita por Castoriadis à impossibilidade epistemológica de se construir uma teoria definitiva para o homem, que fez com que ele se tornasse persona não grata entre marxistas e não marxistas que o lançaram, na década seguinte, na vala comum de um indecifrável pós-modernismo, então nascente. E assim cria-se outra aproximação com Thompson, pois foi justamente após a publicação da *Miséria da Teoria* que o historiador inglês passou a ser marginalizado por boa parte de seus colegas adeptos do materialismo marxista, taxado pejorativamente de culturalista. No entanto, devemos salientar que a dura crítica desenvolvida por Castoriadis contra o pensamento de Marx a partir do final da metade da década de 1960, impediu também que houvesse um diálogo mais profícuo entre os dois intelectuais socialmente engajados.²⁹

A pejorativa associação posterior com o pós-modernismo, feita pelos seus críticos, revelou-se por demais incômoda a Castoriadis. Crítico acerbo de seus colegas franceses pós-estruturalistas da virada linguística, como Michel Foucault e Jacques Derrida, e de seu ex-companheiro de revista Jean-François Lyotard com sua incursão pelo “pós-modernismo” na década de 1980, Castoriadis permaneceu um autor essencialmente iluminista, entendido aqui o projeto racionalista das Luzes como sendo o da perseguição intransigente da autonomia política do sujeito. Nunca se preocupou em discutir em seus textos o caráter terminal, ou não, da modernidade, quando essa discussão emergiu nas últimas décadas do século XX. Mesmo porque, ele, fiel à sua concepção histórica do social, enquanto indivíduo somente poderia produzir formas de pensar e questionar o pensamento que fossem resultantes de sua herança cultural, filosófica e científica: o pensamento grego clássico, o iluminismo alemão, o marxismo e a psicanálise freudiana. O que não lhe impediu de inaugurar as críticas mais bem elaboradas às teorias socialistas da modernidade que, mesmo a pretexto de buscarem libertar o indivíduo, acabaram por enclausurá-lo ainda mais.

Tarefa na qual encontramos outro evidente paralelismo com o projeto anti-totalizante de Thompson, que no entendimento de Alexandre Fortes – um dos historiadores responsáveis pela sua ampla difusão no Brasil – via “em Marx o exemplo primordial de engajamento na luta pelo desmonte do aparato ideológico erguido pela economia política liberal, mas, ao mesmo tempo, reconhece o quanto esse combate frontal e sem tréguas levou ao enredamento nas premissas do inimigo hegemônico”.³⁰ A Thompson abismava o “silêncio ensurdecido de Marx e dos marxismos” sobre os valores morais necessários a uma futura sociedade socialista, novos valores irreconciliáveis com aqueles do capitalismo e que não poderiam ser oferecidos pela economia nem pela política leninista, que procedia com base em uma transposição das

técnicas provindas da economia política.³¹ Se a crítica a Marx se aproximou em seu conteúdo, distanciou-se na forma. Como veremos adiante, Castoriadis causou rancor no séquito ao profanar a racionalidade do profeta. Thompson, mais prudente, distanciou-se paulatinamente do mestre em seus textos, mas sem causar esse desconforto extremo aos seus colegas marxistas.

O que mais nos interessa na obra do polissêmico e polêmico pensador franco-grego para a história social é sua compreensão da autonomia política do indivíduo como projeto revolucionário da modernidade em sua efetuação contra-capitalista. A luta política não se faz fora da história, mas é o resultado das experiências criadoras concretas abrindo espaços autônomos que se instituem na sociedade. Aqui, estabelece-se o elo essencial entre Castoriadis e Thompson no que tange à compreensão da história como sendo o resultado futuro de uma experiência coletiva pretérita, o qual não é dado a priori, e se constitui durante as lutas cotidianas da existência, no fazer-se, para usar a expressão clássica do historiador inglês. Castoriadis admirava em Thompson sua concepção libertária do pensar (no sentido de como ele próprio se definiu em *A Miséria da Teoria*)³² não dogmática, aberta às necessidades que as mudanças sociais demandam. Em texto originalmente publicado em 1972, Castoriadis faz um elogio à contribuição de Thompson à história do movimento operário.³³ Nesse texto que é uma introdução ao segundo volume de *L'expérience du mouvement ouvrier* (1974), procede sua crítica à construção da história dos trabalhadores feita até então, em que pouco se aprofundou sobre as lutas cotidianas na fábrica e pouco se conhecia da vida coletiva dos trabalhadores, tratados quase sempre como elementos estatísticos ou quantitativos das lutas operárias e da institucionalização progressiva dos sindicatos ou dos partidos de classe. O historiador inglês foi elogiado por

Castoriadis justamente devido à sua forma de entender e mostrar as experiências protagonizadas na história pelos trabalhadores ingleses.

Porém, há uma diferença ainda sutil entre ambos, não no sentido da compreensão sobre a história enquanto dimensão temporal dos acontecimentos ou fatos passados, mas da história como disciplina ou ofício, enquanto um campo do conhecimento, um espaço institucionalizado do saber que teria a função de selecionar, recontar e consagrar o passado. Para Castoriadis nada existe para a humanidade fora da história, uma vez que ela instituiu-se (a sociedade) continuamente pela sua ação que ocorre dentro da história (no tempo). Portanto, não somos nada além do resultado de interações contínuas de pensamentos e ações produzidos no tempo. A esse movimento, criador e instituinte das sociedades humanas, Castoriadis denominou social-histórico. Todo o tipo de pensamento e as formas de racionalidade desenvolvidas pelas sociedades humanas é um resultado criativo social e historicamente determinável. Acima de tudo, o social-histórico consiste em todas as formas criadas: as instituições, que são a forma tomada pelas significações imaginárias dos indivíduos estabelecidas no meio social, e os indivíduos que são os produtores e reprodutores do social, por isso os agentes instituintes de todo modo de viver em sociedade – o que é necessariamente histórico. A autonomia política dos indivíduos amplia-se com a ação criadora dos homens em sociedade, fato que se produz na história. Assim, Castoriadis vê na produção instituinte das sociedades ocidentais, porque é o local histórico de sua experiência, desde o surgimento da *Aufklärung*, o agente da possível transformação para uma forma diferente e mais autônoma da atualmente existente.

Para Castoriadis, a história não deve ser confundida com o campo de tensão existente entre os diferentes modos de compreensão do passado, mas a produção histórica que lhe interessa é aquela com a vontade de perceber a potência criadora e transformadora existente

naquelas sociedades pretéritas, perceber o desejo de autonomia dos indivíduos que as compuseram e libertar e reinstaurar essa experiência ofuscada na tradição da luta social no presente. Nestes termos, se distancia do campo de ação da História como disciplina (saber) que promove a análise empírica do passado e sua reconstituição no presente, crente na possibilidade de um rigor teórico-metodológico para essa atividade, através do debate interno promovido pelo conjunto de seus pesquisadores, e materializado em suas obras, ou seja, na historiografia. Para Castoriadis, que não é historiador de ofício, a produção histórica deveria funcionar como uma contra-efetuação do passado instituído, como a criação contínua de um novo corpo de valores; passaria, assim, a ser pensada como uma projetualidade, uma instância produtora de um conhecimento libertador e instituinte da sociedade futura.

Já para Thompson, a História, enquanto atividade de fazer, cumpriria através daquele rigoroso método de pesquisa ligado à sua concepção reformada do materialismo histórico a função de interpretação e construção de significados do passado o mais próximo possível dos eventos realmente acontecidos naquele mesmo passado. Portanto, o objeto do conhecimento histórico encontrado na história “real”, incompleta e imperfeita em suas evidências, não pode modificar o estatuto ontológico desse mesmo passado, segundo suas palavras, embora os historiadores possam selecionar quais as evidências que queiram ou não trabalhar.³⁴ Contudo, o conhecimento histórico produzido tem apenas a função de reatualização do passado no presente, seguindo o que ele entendia ser a lógica histórica.³⁵ O historiador, no limite, pode se mover nesse terreno perseguindo nele seus próprios valores, identificando-os em valores de atores e personagens do passado e rejeitando aqueles que não lhe interessa, mas nunca modificar esse passado, nem mesmo as suas influências no presente.³⁶ Mas, justamente porque o historiador pode se abstrair de somente proceder a uma

reflexão teórica e técnica sobre o passado e introduzir em sua produção da história avaliações pertinentes de conteúdo moral, pode, com isso, ao recuar no tempo, atribuir novos significados ao passado, o que faria toda a diferença. É essa possibilidade do engajamento político do historiador social que permitiria que os valores positivos identificados no passado, sensíveis para a construção de uma sociedade mais humana e igualitária, permaneçam e sejam ampliados no presente, em detrimento a valores antagônicos a serem ofuscados e criticados, para que projetem um futuro moralmente diferente.

Talvez, para Thompson, tenha sido essa impossibilidade epistemológica da disciplina, presa em seu paradigma da busca da verdade e de ter que prestar contas sobre esse passado “real”, mesmo que ele não valorize positivamente o futuro, um dos fatores que o fez se distanciar da atividade de historiador ao final de sua vida para dedicar-se integralmente às lutas de seu presente;³⁷ talvez, A história, para se concluir enquanto uma empresa revolucionária, o que sempre se tornará uma projeção voltada para o futuro, precisaria se libertar de seu vínculo institucionalizante que a prende ao passado reatualizado no presente. Nesse sentido as experiências criadoras percebidas no passado, e que na pesquisa empreendida pela história social deveriam justamente ensejar a instituição de mudanças futuras, passariam a ser trabalhadas não pelo debate historiográfico que gira em torno delas e que tende a encerrá-las nesse passado reconciliado, mas pela potencialidade transformativa que ainda carregam em si. Para uma história social somente a potência criadora futura da experiência histórica deveria, de fato, importar.

Thompson, Castoriadis e o debate na história social do trabalho no Brasil

Desde a década de 1970 e com mais frequência na de 80, produziram-se no Brasil diversos trabalhos que buscaram aliar elementos

conceituais provindos de Thompson e Castoriadis. O primeiro foi mais utilizado na área de História para sustentar teoricamente abordagens cujos estudos dirigiam-se às experiências históricas construídas e compartilhadas por grupos de classes subalternas aplicadas à continuidade das lutas populares em novos sujeitos sociais, enquanto o segundo esteve mais diretamente ligado às pesquisas na área de Ciências Sociais sobre as lutas contemporâneas dos trabalhadores durante e logo após a ditadura militar de 64. As novas abordagens dessas pesquisas não se detiveram somente nesses autores mas, partindo deles, praticou-se uma reflexão bastante heterodoxa, para a época, que incluía o diálogo com autores como Antonio Gramsci e Toni Negri. No ano de 1982 foi constituído, por um grupo de intelectuais e ativistas reunidos desde as primeiras discussões em torno da formação do Partido dos Trabalhadores, o coletivo *Desvios* e a revista do mesmo nome. A *Desvios* funcionou, guardadas as devidas proporções, como uma versão brasileira da *Socialisme ou Barbarie*, e nela escreveram Amneris Marone, José Nun, animados pelos editores e também articulistas Marilena Chauí, Marco Aurélio Garcia, e, principalmente, por Eder Sader.³⁸ Este, autor de *Quando novos personagens entram em cena*, como escreveu Garcia no pós-fácio ao livro, “sempre vinculou seu ofício a uma perspectiva de transformação da sociedade [...] sua biografia se constrói a partir de dois cenários – o intelectual e o político – permanentemente articulados e interpenetrados”.³⁹ Não por acaso coube a Sader escrever o prefácio da coletânea de Castoriadis sobre o conteúdo do socialismo publicada no Brasil em 1983. A obra do precocemente falecido Sader, militante marxista que combateu a ditadura de 64 e foi exilado político durante 9 anos, seguiu o percurso feito anteriormente pelo filósofo francês, distanciando-se das explicações totalizantes da sua tradição intelectual e aproximando-se da busca pela capacidade instituinte de forma autônoma da classe trabalhadora, entendida como múltiplos sujeitos, através de

suas experiências de luta, resistindo mesmo durante os duros anos da ditadura e constituindo os novos movimentos sociais brasileiros emergentes na década de 70 e que continuaram nas seguintes.

A demanda por esses estudos provinha do solo fértil de movimentos populares autônomos, protagonizados por sujeitos operários, camponeses e periféricos urbanos, que sufocados durante os anos de chumbo tiveram que inventar suas próprias soluções a partir de referências políticas bastante heterogêneas. Muitos pesquisadores seguiram por esse caminho os estudos que renovaram a história social. Kazumi Munakata foi um destes. Em tempos atuais de lutas populares na rua, seu polêmico artigo sobre os trabalhadores do ABC em 1978 continua mais vivo do que nunca. Para Munakata interessava o fato político marcante que foi “a irrupção do movimento grevista que, iniciado na região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do Estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores”.⁴⁰ Em sua reflexão posterior sobre a pesquisa, Munakata enunciou o mesmo problema que talvez Thompson e Castoriadis tivessem colocado: “do meu lugar era preciso elucidar no movimento grevista os indícios da autodeterminação proletária”.⁴¹ Portanto, sua ida às fontes históricas partiu de uma hipótese potencialmente libertadora para o futuro da sociedade, para encontrar nelas os sinais de autonomia que “foram vistos por quem desejava, precisava vê-los”,⁴² mas, para isto teve de confrontar uma consagrada sociologia do trabalho paulista e uma historiografia econômica e social que contradizia essa hipotética capacidade auto-instituente do operariado brasileiro. E não somente a esses incomodou, mas também aos defensores das coerências internas de ordem teórica e metodológica nas pesquisas.

Essa nova forma de perceber a história no Brasil, inicialmente polemizada nesse texto de Munakata de 1978, como um fazer

indissociável do projeto político que o historiador tem naquele momento e que pode modificar-se em outro, presente na primeira história social inglesa, como já vimos, foi taxada posteriormente por Adalberto Marson de *neomilitância*.⁴³ Segundo este historiador, o intelectual neomilitante (agora não mais vanguardista, mas autonomista) da história, ao querer forjar de modo novo um velho sujeito histórico (no caso a classe operária) incorreria no mesmo erro de aproximação identitária entre pesquisador e objeto. No entanto, seu erro crasso teria sido o de se apoiar em novos modelos substitutivos de análise sem conhecer suas bases epistemológicas, nem se questionar sobre a validade desses procedimentos para os sujeitos em questão. No balanço feito sobre essa historiografia dos movimentos sociais, Marson estendeu suas críticas também a Maria Guzzo Decca, cuja obra se revestiria de uma identificação total com o objeto de estudo, a quem incluiu naquela categoria de obras de um “princípio-esperança”.⁴⁴ A ingenuidade de Guzzo Decca residiria em crer que a “vontade” historiográfica do investigador modificaria a ação e a consciência dos sujeitos históricos. E a ingenuidade daquele projeto historiográfico em curso teria sido a de fabricar, de modo pejorativo, canais de “leitura e transmissão” “genuinamente nacionais” (a saber, a mistura Castoriadis-Foucault-Thompson) desconhecendo, ou relevando as diferenças epistemológicas existentes nas abordagens desses autores.⁴⁵ Na verdade, pelo que se depreende da conclusão de seu texto, o que mais incomodou a Marson nem foram as escolhas temáticas ou metodológicas dessa nova historiografia social feita no Brasil, mas sim o fato de que emanava dela uma deliberada associação direta entre movimentos sociais com protestos populares e lutas sociais.

E aqui cabe a pergunta: se sabemos o lugar da fala de Munakata, que para Marson carecia de valor científico ao enunciar uma vontade de transformação social de evidente conteúdo ideológico, de que lugar seu

crítico nos falou? Trata-se, nos parece, da busca de um espaço de neutralidade para a produção historiográfica, neutralidade oferecida por uma escolha criteriosa e atualizada dos procedimentos mais metodológicos adequados aos objetos a serem investigados. Um discurso que adquiriu robustez ao final da década de 1990 e parece ter se estabelecido no Brasil deste milênio através da história dos conceitos trazida pela última historiografia alemã, via Reinhart Koselleck. Conceitos, que poderiam sempre ser empregados do alto da neutralidade técnica do historiador, como se ele pudesse se eximir de emitir valores derivados de sua posição social nos diversos aspectos que a compõem. Mesmo que esta história pudesse aproximar-se em alguns momentos daquela formulada pela história social, por exemplo, na questão da valorização da experiência ou na constituição de uma consciência histórica, seguramente para Thompson e Castoriadis o discurso de neutralidade conceitual não teria lugar nem na história nem em nenhum outro espaço da sociedade. O silêncio em relação ao estado de coisas dominante, leia-se em relação à assimetria social estruturante das sociedades capitalistas, ditas democráticas ou não, implica na aceitação, passiva ou ativa, desse estado. Marson defendia naquele artigo uma pluralidade de enfoque sobre os movimentos sociais, “sem aspas”, o que poderia alargar esse tema até para manifestações fascistas, aparentadas, ou de características nitidamente conservadoras. Uma hipótese que deixaria Castoriadis e Thompson estupefatos, pois, se o sentido da história social e do estudo de seus movimentos nasceu justamente da necessidade de se investigar as experiências dos espaços de ação política dos trabalhadores que se formaram em diferentes momentos históricos e instituíram-se em busca de maior autonomia, como seria possível juntar na mesma salada, o estudo de movimentos que visaram propositadamente o contrário: o fechamento do espaço público da maioria da população?

Mas, se a crítica de Adalberto Marson procede, por assim dizer, de uma legítima posição conservadora vinda da sociedade, e entendemos claramente que a história é o embate entre forças políticas e sociais múltiplas, divergentes e até antagônicas, em outros casos a crítica a essa produção historiográfica social da década de 1980 partiu de setores da esquerda que se viam, ainda, seja do ponto de vista teórico, seja do político, como a vanguarda intelectual das transformações sociais. O abalo dos pilares teóricos marxistas somados à ácida crítica a um socialismo que de socialista nenhum conteúdo reteve, empreendidos como mostramos por Castoriadis, fizeram com que ele fosse tratado como um traidor de uma causa que passou para o lado do inimigo. Isso minou a possibilidade de seu uso por um conjunto de historiadores brasileiros, em sua maioria provindos e enraizados na tradição teórica do materialismo histórico, que fizeram uma crítica generalizante aos novos procedimentos que vinham para dividir a bola no campo tradicional da esquerda.

Ao ser questionado numa entrevista sobre o que achava do texto de Thompson combatendo o estruturalismo de Althusser, Ciro Flamarion Cardoso definiu-o como “muito interessante e muito bem-humorado”. A questão era pertinente, dada a crítica epistemológica de Cardoso ao uso heterodoxo da teoria feita por aqueles historiadores sociais na década de 1980, misturando no mesmo saco, segundo ele, o paradigma iluminista da modernidade, ao qual ele se filiava, com o relativismo do pensamento pós-moderno.⁴⁶ Talvez, com essas palavras acima quisesse ter dito que, em matéria de teoria, não levava o britânico muito a sério. Logo em seguida, na mesma entrevista, se explicava: “O Thompson é muito bom; o que andei criticando muito, na época, foi a tentativa de casar Thompson com Castoriadis feita na Unicamp. Tentaram juntar um filósofo de direita e que não trabalha com o conceito de classe social, como é o Castoriadis, com um pensador de

esquerda. Para mim Castoriadis, Foucault, a desconstrução, Deleuze, Derrida e todos os nietzschianos são pensadores de direita”.⁴⁷ Numa tacada só, Deleuze e Derrida foram equiparados a discípulos de Nietzsche, autores diametralmente opostos como Foucault e Castoriadis, que não se davam bom dia nem no elevador, tornaram-se reacionários próximos e, talvez, até Thompson, se não estivesse na lista dos 250 mais famosos, poderia ter sido somado aos que se moveram para cima do muro. Numa resposta bem mais gentil e polida em forma de comentário ao texto crítico de Cardoso sobre o paradigma pós-moderno, Pedro Paulo Funari, com quem concordamos, sugere que “o pluralismo e a interdisciplinaridade, antes que tendências paradoxais e condenáveis, podem significar, assim, novos engajamentos por parte do historiador”.⁴⁸

Esse trecho anedótico da entrevista acima poderia nem ter sido aqui reproduzido em respeito à memória de Ciro Cardoso, não fosse, infelizmente, emblemático de um modo inconsistente de compreensão do que vem a ser a esquerda, o socialismo, e, por extensão, a própria história social. Essa compartimentação não somente não nos auxilia na luta pela transformação social de um mundo decrépito, como impede que companheiros de diferentes matizes do que um dia se chamada de esquerda – esperamos que ainda seja possível reunir a todos os sonhadores mais ou menos revolucionários nessa definição “esquerda” – possam somar esforços na produção de trabalhos social e politicamente engajados que acreditamos venham a ser promotores reais de mudanças sociais futuras que não sejam meras acomodações no solo capitalista.

Em outra polêmica, Maria Emília Viotti da Costa procurou enunciar de outro modo esse problema da perda do sentido sistêmico na historiografia social produzida ao final dos 80 e início dos 90, vertendo preferencialmente para a posição de Cardoso, sem contudo descaracterizar pejorativamente a nova produção realizada. Em relação a

essa disputa de campo na história social dos anos 90, criticou a nova tendência pela inversão dos postulados estruturalistas em direção a uma relativização total, e aos tradicionalistas porque não reatualizaram uma teoria que já não atenderia mais os novos problemas da sociedade contemporânea.⁴⁹ O problema de ambas abordagens estaria em serem modelos anti-dialéticos, entre outras coisas por não fazerem a síntese entre objetividade e subjetividade e caindo, assim, ou no antigo reducionismo econômico ou no novo cultural. Segundo a autora, sai-se do domínio da infraestrutura para o da superestrutura e esquece-se de que ambas se relacionam reciprocamente.⁵⁰ De modo prático, o resultado da crítica feita aos modelos teóricos totalizantes pela nova história social teria sido desastroso porque a maior parte da nova produção se materializou através de um empirismo simplista com “um fim em si mesmo”, sem aporte de uma teoria que sustentasse de modo consistente a análise das fontes consultadas, e aponta a história oral como um dos novos “gêneros favoritos” que levaram isso ao paroxismo.⁵¹ Como fez Cardoso, preservou Thompson e sua crítica ao estruturalismo e Raymond Williams e sua crítica à separação artificial entre infra e supra,⁵² mas apontou Foucault como um dos responsáveis por esse caminho seguido, não pelo seu trabalho em si que compreendia a modernidade de outra perspectiva também complexa, mas pela incapacidade da maioria dos novos historiadores, ao multiplicarem os objetos de estudo e direcioná-los para as dinâmicas dos micro-poderes, de fazerem uma síntese eficiente entre o estudo do micro com o macro.⁵³ Na conclusão desse artigo percebe-se o receio, pertinente, de que a proliferação dos estudos desses múltiplos sujeitos de resistência invalidaria a possibilidade de uma compreensão do capitalismo como modelo sistêmico e que, ao final, essa perda serviria diretamente ao interesse dos setores mais conservadores da sociedade.

Em alguns pontos tendemos a concordar com Viotti da Costa, como nesse seu receio que parece ter se confirmado com uma evidente guinada conservadora na produção e no exercício da atividade acadêmica da História neste novo milênio. Se o crescente abandono da produção historiográfica com uma perspectiva classista do conflito social e de seu entendimento como fenômeno sistêmico foi um erro, entretanto, se o novo pecou por excesso de empirismo, vulgarizando barbaramente o conceito de experiência de Thompson, entendemos que um erro ainda maior reside, atualmente, na ausência de conteúdo político nos trabalhos e da compreensão do papel político do historiador que se propõem fazer história social. Mais do que um problema de ordem de entendimento teórico e desenvolvimento metodológico sobre os objetos das ciências sociais, percebemos, como problema maior, a ausência do imprescindível conteúdo político existente, seja na obra historiográfica de Thompson seja nas análises sócio-econômicas feitas por Castoriadis. Essa falta de vontade política direcionada para uma transformação das estruturas sociais, parece não ser privilégio de culturalistas pós-modernos, que nunca tiveram essa atitude como premissa, mas afeta, também, grande parte daqueles que ainda entendem fazer leituras renovadas do materialismo marxista. Ambos, neste novo milênio, tornaram-se os sujeitos estabelecidos nos espaços de definição de políticas científicas e acadêmica no país, e porque não no mundo, que longe de fazerem sua crítica, mesmo que acreditem que a façam, trabalham para a manutenção e a ampliação da lógica sistêmica do capitalismo.

Na própria Unicamp, pivô do debate no Brasil, cresceu posteriormente uma nova historiografia que, acreditamos, buscou fazer essa síntese reclamada por Viotti da Costa, ao não se limitar mais a compreender a gênese das lutas sociais do movimento operário somente a partir da República e da chegada maciça de imigrantes europeus. Como descrevem e analisam muito bem Antonio Negro e Flávio Gomes em

um preciso artigo sobre essa história social do trabalho,⁵⁴ a nova abordagem empreendida principalmente por Sidney Chalhoub e Silvia Lara, ao pesquisarem os trabalhadores escravos e libertos da segunda metade do XIX, mostra diferentes elementos da tomada de consciência política desses sujeitos históricos, ignorada pela historiografia anterior.⁵⁵ Ultrapassou-se, desse modo, um antigo entendimento sobre o movimento operário brasileiro, estendendo-se seus primórdios à segunda metade do século anterior, na confluência das lutas sociais de escravos e libertos com a de operários livres, nacionais e imigrantes recém-chegados, como mostra, por exemplo, o trabalho de Artur Renda Vitorino sobre os gráficos.⁵⁶ Não somente esses estudos modificaram a abordagem precedente, como algumas dessas leituras, enunciando as múltiplas e diferentes experiências históricas dos trabalhadores sendo divulgadas através de um conjunto expressivo de cadernos didáticos e paradidáticos, mesmo sem que tenha sido esse seu objetivo inicial, potencializaram enormemente a luta social de uma nova geração de trabalhadores brasileiros deste milênio, precarizados e explorados, que ocorre fora dos espaços formais dos sindicatos a que a grande maioria não tem acesso. Em todos esses trabalhos, tanto a abordagem como os objetivos propostos, coadunam-se com a ideia de história social defendida por Thompson.

Entretanto, divergimos quanto a algumas das conclusões sobre a validade, para o escopo da história social, de determinados estudos citados naquele mesmo percurso histórico proposto por Negro e Gomes. Consideramos pertinentes os estudos e as análises feitas sobre a luta dos trabalhadores, mesmo após a ascensão do regime varguista ao poder na década de 1930 e o conseqüente modelo dominante de sindicalismo corporativo, buscando evidenciar a continuidade histórica delas, por exemplo no âmbito da Federação Operária de São Paulo, como apontou Edilene Toledo. Discordamos, contudo, desta autora, que

inspirada quanto ao ocorrido na Itália, onde problematiza uma possível aproximação ou apropriação entre o modelo corporativista existente no seio do sindicalismo revolucionário com os nascentes modelos fascistas, esquece-se das significativas diferenças de estratégia e de ação política dos trabalhadores nos dois países.⁵⁷ Vale lembrar que, se no país peninsular ativistas importantes do sindicalismo revolucionário foram ligados ao Partido Socialista Italiano numa tentativa de deixá-lo menos reformista, no Brasil os poucos socialistas reformistas existentes em quase nada influenciaram no avanço das práticas sindicalistas revolucionárias nas representações sindicais dos trabalhadores.⁵⁸ Mesmo porque o espaço ocupado pelo sindicalismo não revolucionário no país nunca fora preenchido pelos socialistas, mas sim pelo sindicalismo amarelo, um sindicalismo de resultados imediatos, cuja boa parte de seus principais atores políticos costumava ser associada, pela parcela mais entrincheirada dos trabalhadores, ao peleguismo. Claudio Batalha, que os pesquisou em sua tese, se pergunta, inclusive, sobre as possíveis causas do porque da ausência de um Partido Socialista no Brasil.⁵⁹ Como esclarecem melhor ainda os dois volumosos trabalhos realizados por Alexandre Samis sobre o sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro, e, se não quisermos ficar apenas com a voz de um “neomilitante”, mas também a pesquisa “neutra” realizada por Tiago Bernardon, ambos mostram muito bem que no Brasil os propagandistas dessa estratégia da greve revolucionária ou se mantinham politicamente anarquistas ou provieram, em sua maioria, da antiga tradição sindical e militante anarquista, e, é bom que se diga, houve diferentes formas de se compreender e praticar os anarquismos, no mundo e no Brasil no início do século passado.⁶⁰ Mesmo que essa tradição tenha sido revista e atualizada, entre outros, por Edgar Leuenroth, em São Paulo, e Neno Vasco, no Rio de Janeiro, continuaram sendo utilizadas as mesmas estratégias de ação dos sindicalistas franceses e ibéricos, em sua maioria

anarquistas e não socialistas, desde o final do século XIX, muito antes, portanto, de Georges Sorel enunciar sua reflexão sobre o sindicalismo revolucionário, que por sinal, também era radicalmente contrário à via parlamentar.⁶¹

Com isto, não queremos dizer que não possa ter havido algum tipo de apropriação pelo corporativismo varguista daquela influência mais presente no caso italiano, o que afirmamos é que os sindicatos de resistência no Brasil no início da era Vargas estão associados a uma tradição revolucionária que em nenhum momento flertou com a base sindical de qualquer tipo de socialismo reformista parecido com o que possa ter sido o percurso inicial de sustentação do sindicalismo corporativo de Mussolini. Logo, nos parece ser a tradição sindical da emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores, mesmo durante a era Vargas, aquela na qual a história social brasileira deveria preferencialmente buscar os elementos de continuidade na tradição de autonomia da construção do movimento operário. Sem com isto superestimar essa mesma classe operária e percebendo que ela “não evolui indiferente à sua própria constituição, atropelando tudo que nega”, concordando aqui com Negro e Gomes.⁶² Mas, o fato de a história social precisar de ter uma reflexão crítica bastante apurada sobre os movimentos populares para não incorrer no erro da “ilusão social democrata” que levou à derrocada alemã na década de 1930, não significa que ela deva tergiversar sobre a influência retrógrada para a instituição do movimento autônomo dos trabalhadores que representou toda a era Vargas. Apesar da distância no tempo, não sabemos os motivos pelos quais ainda ocorra uma sacralização de parte da historiografia brasileira sobre esse período da história. Afirmar que “defronte de um quadro desalentador, Getúlio teve de inventar o trabalhismo”, como se o quadro de desalento pudesse explicar o crescente autoritarismo de um governo que usou a violência do

integralismo entre 1933 e 1936 para combater seus inimigos de esquerda e que para regular e garantir direitos na legislação trabalhista não abriu “mão da repressão política, combinou clientelismo, cooptação, conflito e consenso”,⁶³ não nos parece ser algo que possa abonar favoravelmente o getulismo. Não podemos conceber uma história social que querendo seguir os preceitos de Thompson, objeto deste artigo, mesmo que apontando as resistências e ações propositivas dos trabalhadores nesse período antidemocrático de nossa história, não faça uma crítica contundente, se não ao seu fascismo, certamente ao salazarismo presente, até no nome, do Estado Novo. Se o fascismo de Antônio Salazar não foi nem um pouco poupado por Thompson ou Castoriadis em seus escritos, certamente, se tivessem tido oportunidade de comentar sobre o trabalhismo varguista, as análises de ambos não poupariam palavras demolidoras a toda uma tradição acadêmica bastante benevolente às ações políticas do caudilho, ainda persistente nas ciências sociais brasileiras. Não queremos aqui julgar o mérito da validade e da permanência dessa tradição na historiografia e nas ciências sociais, posto que como já afirmamos a história é o espaço onde se conflitam os interesses de classe e outros diferentes e antagônicos, mas sim queremos evidenciar que não cabe à história social o compartilhar desses valores, pois, do modo como a defendemos, com base nos princípios morais enunciados por Thompson e Castoriadis, ela deveria manter o necessário compromisso com a ideia de que a emancipação humana é obra dos próprios trabalhadores na instituição de uma sociedade politicamente livre e ativa. Não se trata de discutir méritos, métodos, teorias ou abordagens, mas sim, de afirmar categoricamente o lugar político de onde deveria falar a história social.

As encruzilhadas da história social

Fazendo uma balanço final do que foi exposto acima, podemos em retrospectiva identificar que o que ocorreu durante os anos 80 foi uma tentativa necessária, embora um tanto quanto impossível, de reorganização epistemológica de toda a tradição teórica marxista, solapada que estava pelas novas demandas trazidas pela crítica do genericamente chamado pós-modernismo aos princípios fundamentais da modernidade: racionalismo científico, universalismo, evolucionismo/determinismo, entre outros ismos. Nesse contexto, a história social que originalmente germinou nesse solo da luta teórica e social do cientificismo marxista, precisou avançar sobre domínios diversos daqueles de onde ela se estabeleceu inicialmente, ou seja, da história social do trabalho entendida como a dos trabalhadores e, em sua maioria, do operariado. Desse modo, abriu o leque de objetos de pesquisa aos recém-tornados novos sujeitos históricos, caminhando em direção à história de todos os movimentos sociais, sejam eles tidos como “organizados”, dentro daquela concepção política original, ou não.

Nas últimas décadas, houve o mérito positivo de se trabalhar com aqueles atores antes desprezados pela historiografia como um todo. A ampliação dos antigos campos privilegiados de pesquisa, incorporando diferentes realidades antes não entendidas como pertinentes aos estudos de história social, trouxe-lhe também um novo problema de ordem teórica. Esses campos inovadores da pesquisa histórica se aproximaram dos estudos literários e antropológicos na grande área dos estudos culturais, mas também modificaram procedimentos que transformaram fontes tidas como materiais em fontes discursivas, ou seja, as inseriram na área dos estudos da linguagem. Houve quase que uma fusão entre os objetos de estudo da antiga história social com os novos sujeitos históricos que constituem a matéria prima da história cultural. Essa *mélange* provocada pela culturalização do social ou, talvez seja o contrário,

a socialização do cultural, levou ao estabelecimento de um novo modelo dominante no mundo da pesquisa histórica. Assim, a utilização de paradigmas teóricos vinculados ainda ao pensamento do mundo da modernidade no estudo de sujeitos empíricos que se inserem num campo investigativo alvo da crítica a esses mesmos modelos, indicava um paradoxo de difícil solução, como denotaram as disputas por que passou a história social.

Em parte, isso se deveu a uma leitura rasteira que foi e continua sendo feita da crítica à teoria e da valorização da experiência formulada por Thompson. Essa leitura realizada, infelizmente, de forma quase messiânica por boa parte dos pesquisadores, transformou a crítica à teoria de Thompson em um tipo de empirismo vulgar. A crítica à teoria transformou-se quase que num ausência de teoria, e as fontes passaram a ser utilizadas como parâmetro único para a compreensão da “realidade” de uma dada classe, ou de um grupo social, ou de determinada formação étnico-cultural, ou de categorias de gênero. Desse modo, com um certo desprezo às tentativas de entendimento mais complexas da realidade social, em grande medida, o ofício do historiador resumiu-se a um empirismo barato, dominado pela primazia absoluta dada às fontes, instrumento elementar da profissão, e pelo tratamento dado a elas.

Será que o campo de conhecimento da história social ainda pode oferecer uma leitura efetivamente inovadora das fontes, vistas não mais como legado do passado, mas como invenção contínua do presente? Pois somente assim ela poderá cumprir a vontade revolucionária que a fez nascer. Para garantir sua vitalidade e impedir o engessamento desse domínio que revolucionou a forma de ver a história parece-me imperativo o estudo e a compreensão dada à história e ao social por esses dois autores oriundos do pensamento marxista, mas que se constituíram como críticos sagazes em relação a ele. Ainda mais em nossa época, quando esses procedimentos investigativos originalmente

revolucionários tornaram-se, infelizmente, completamente assimilados pelo *establishment*. A melhor homenagem que os historiadores podem fazer a Thompson é a de empreenderem novamente combates pela História, que a libertem desse aprisionamento técnico-científico-institucional em que ela, progressivamente, enredou e libertem o conteúdo político necessário à transformação emancipatória da sociedade.

Notas

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Departamento de História - Área de História Contemporânea. E-mail: caromani@ig.com.br.

¹ FORTES, Alexandre. 'Miriades por toda a eternidade'. A atualidade de E. P. Thompson. In: *Tempo Social*, v. 18. n. 1, (2006), pp. 197-198.

² Releitura feita a partir do item Os rapazes de Sherwood., In: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa III. A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 124 e ss.

³ Cf. levantamento do *Arts and humanities citation index*. Cit. por De DECCA, Edgar. E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário. In: *Projeto História*, n. 12, (1995), p. 111. Também cit. por Eric Hobsbawm por ocasião do falecimento de Thompson, no jornal *The Independent*, 30/08/1983, traduzido e publicado por NEGRO, Antonio e SILVA, Sérgio (org.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2001, p. 16. Deste mesmo livro indicamos a breve biografia e precisa introdução à obra escrita por FORTES, Alexandre et al. *Peculiaridades de E. P. Thompson*. pp. 21-57.

⁴ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa vol. I. A árvore da liberdade*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2004, p. 10.

⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. O título, uma evidente alusão ao libelo de Marx contra Proudhon, deve ter agradado aos adeptos de então da escola marxista, mas seu conteúdo nem tanto, já que promoveu uma tal reatualização do uso dos conceitos históricos formulados por Marx no tocante à classe, ideologia, relação entre infra e superestrutura, alienação, que desfiguraram completamente a teoria original, apesar de manter-se essencialmente filiado a essa tradição, principalmente no que havia de mais caro ao historiador: a busca da realidade histórica, ou a possibilidade de se aproximar de um passado que realmente existiu através de um rigoroso e metodológico trabalho com as fontes, o que ele chamou de lógica da história.

⁶ Idem, pp. 185, 49-51.

⁷ “Ele é herdeiro das tradições anarquistas e libertárias inglesas, que George Woodcock localiza entre os movimentos radicais do século XVII” e “como historiador, Thompson dedicou-se quase exclusivamente aos estudos das tradições libertárias e radicais inglesa”, De DECCA, Edgar. E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário. In: *Projeto História*, n. 12, (1995), pp. 110-111.

⁸ THOMPSON, E. P, 2004, *op. cit.*, p. 438.

⁹ Seguimos e indicamos o levantamento bibliográfico feito por FENELON, Déa. E. P. THOMPSON: Bibliografia selecionada. In: *Projeto História*, n.12, (1995), pp. 129-138. A esta seleção podemos incluir a tradução de *Costumes em Comum* para o português, em 1998, e a seleção de artigos com o título de *As peculiaridades dos ingleses*, de 2001, *op. cit.*

¹⁰ Como um marco dessa primeira relação entre antropologia e história no Brasil temos STOLKE, Verena, *Café amargo: cafeeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹¹ Cf. NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas, uma história social do trabalho. In: *Tempo Social*, v. 18, n. 1, (2006), pp. 220-221.

¹² Cf. Edgard De Decca em entrevista a MORAES, José Carlos Vinci de.; REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo, Ed. 34, p. 272, “quando cheguei à Unicamp os professores americanos que aqui já estavam, principalmente o professor Michael Hall, tinham essa curiosidade pela história ‘vinda de baixo’.”

¹³ A ideia de lutas populares ou de rebelião de trabalhadores pré-políticas, encontram-se nos trabalhos de Eric Hobsbawm como *Bandidos e Rebeldes primitivos*. A historiografia que trata do trabalho e do sindicalismo entre outros, Boris Fausto. *Trabalho urbano e conflito social*. também se embasava nessa diferenciação.

¹⁴ FORTES, Alexandre *et al. Peculiaridades de E. P. Thompson. Op. cit.*, p. 26.

¹⁵ Para mais informações sobre a vida e as posições políticas de Thompson ver sua biografia traduzida para o português: PALMER, Bryan. *Edward Palmer Thompson: posições e oposições*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

¹⁶ Seus pseudônimos conhecidos são Paul Cardan, Pierre Chaulieu, Jean-Marc Coudray, Jean Delvaux e Marc Noiraud.

¹⁷ CASTORIADIS, Cornelius. A fonte húngara. In: *Socialismo ou Barbárie*, São Paulo, Brasiliense, pp. 257-287.

¹⁸ *Socialisme ou barbarie*. Organe de critique et d'orientation révolutionnaire, teve seu primeiro número lançado em março de 1949 e o último, o quadragésimo, em junho de 1965. O grupo homônimo Socialisme ou Barbarie com a liderança contínua de Castoriadis, esteve atuante entre os anos de 1948 e 1967 e reuniu, em períodos diferentes, Claude Lefort, Jean-François Lyotard, Guy Debord, entre outros. Estas e outras informações, além de uma grande quantidade de textos disponíveis online encontra-se no Cornelius Castoriadis Agora International Website: <http://www.agorainternational.org/fr/index.html>, acesso em 13/09/2013.

¹⁹ Ver principalmente: Introdução: Socialismo e sociedade autônoma; O que significa o socialismo; Autogestão e hierarquia. In: *Socialismo ou Barbárie*, op. cit., pp. 11-34, 157-182, 211-226.

²⁰ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Boitempo, São Paulo, 2011. O que nos interessa nessa obra de Marx é a Terceira Parte, com a defesa da Comuna e dos communards, sustentada pelo documento do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores de 30 de maio de 1871.

²¹ apud SAMIS, Alexandre. *Negras Tormentas. O federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. Hedra, São Paulo, 2011, p. 349.

²² Sobre isso, ver CASTORIADIS, Cornelius. A fonte húngara. In: *Socialismo ou Barbárie*, op. cit., p. 267 (nota 7): “É chocante notar que, apesar deste precedente, e do reconhecimento por Marx da importância fundamental da *forma* da Comuna, a primeira reação de Lênin à aparição espontânea dos soviets ao longo da Revolução de 1905 foi negativa e hostil. O povo agia de maneira diferente daquele que ele, Lênin, havia decidido – sobre a base de sua ‘teoria’ – que o povo devia fazer”.

²³ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982, p. 71. Percebe-se melhor a intuição essencial a que se refere Castoriadis em MARX, Karl. *A Ideologia alemã*. Martins Fontes, São Paulo, 2002.

²⁴ Sobre isso ver especificamente: Técnica e organização social. pp. 250-258. In: CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do Labirinto I*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

²⁵ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, op. cit., p. 41.

²⁶ Idem, pp. 45-46.

²⁷ Idem, p. 46.

²⁸ “Marxismo e teoria revolucionária”, na tradução feita para o português, foram textos escritos por Castoriadis e assinados com o pseudônimo de Paul Cardan, publicados em *Socialisme ou Barbarie* nos. 39 e 40. O texto foi republicado como a primeira parte do livro *L’Institution imaginaire de la société*, pela Ed. Seuil, em 1975.

²⁹ Informação extraída com base em pesquisa na bibliografia das obras de e sobre Castoriadis disponível no Cornelius Castoriadis Agora..., op. cit. Quanto a Thompson, refere-se positivamente a Castoriadis em a *Miséria da Teoria*, op. cit., indicando também que o grupo Solidarity, de Londres, publicou alguns extratos da obra do francês com o pseudônimo de Paul Cardan; “homens honrados, como Cornelius Castoriadis, que não abandonou nem por um instante sua luta contra o capitalismo, deixaram a tradição marxista desse modo: vêem-na como irreparável, inerentemente elitista, dominadora e antidemocrática (os ‘cientistas’ e os demais) e condenada pelos seus frutos ortodoxos e stalinistas. E concordo com boa parte de suas críticas (uma saudação, velhos camaradas do *Socialisme ou Barbarie!*)”, e continua, “vemos que estão empregando – e de maneira muito melhor – conceitos apreendidos inicialmente em Marx”, pp. 186-187.

³⁰ FORTES, Alexandre. *Miriades por toda a eternidade...* op. cit.

³¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Op. cit. pp. 189 e ss.

³² Idem, p. 210.

³³ CASTORIADIS, Cornelius. La question de l’histoire du mouvement ouvrier. (Na tradução portuguesa: Introdução: a questão da história do movimento

operário.) In: *A experiência do movimento operário*, Brasiliense, São Paulo, 1985, pp. 11-77.

³⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, *op. cit.*, p. 50.

³⁵ Para entender melhor essa conceituação sua ver o capítulo VII - A Lógica Histórica, THOMPSON, E. P., *A miséria da teoria*. *Op. cit.*, pp. 47-62, particularmente a proposição 5, p. 50 e ss.

³⁶ Idem, p. 53.

³⁷ Com muito bom humor Edgard De Decca, em sua entrevista fala desse distanciamento de Thompson em relação à história na década de 1980: “Ele (Thompson) ficava bravo comigo porque tinha abandonado a História, estava brigando com o Reagan, com a Margareth Thatcher e eu enchia o saco dele procurando resolver problemas de tradução em seu livro [...] Apesar disso, ele acabou me ajudando, porque era um livro difícil de ser traduzido.”, MORAES; REGO, *op. cit.* p. 272.

³⁸ Revista *Desvios*, publicação de 5 números anuais de 1982 a 1986.

³⁹ Pós-fácio de Marco Aurélio Gracia, In SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 317.

⁴⁰ MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário: O lugar e o tempo de ‘O lugar do movimento operário’ 30 anos depois. In: *História e perspectivas*, Uberlândia n. 43, (2010), p. 19.

⁴¹ Idem, pp. 12-13.

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia dos movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella e outros (org.) *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. Anpuh/SP, Marco Zero FAPESP, (1992), p. 37.

⁴⁴ Idem, p. 38. Refere-se a DECCA, Maria Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

⁴⁵ Idem, p. 44.

⁴⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

⁴⁷ Entrevista de Ciro Flamarion Cardoso dada a MORAES; REGO, *op. cit.*, p. 228.

⁴⁸ FUNARI, Pedro Paulo, Comentário ao texto de CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão do historiador. In: *Diálogos*, Maringá, 3, 3, (1999), p. 45.

⁴⁹ COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida 1960-1990. In: *Revista Brasileira de História*. v. 14, n. 27, (1994), pp. 9-26.

⁵⁰ Idem, p. 13.

⁵¹ Idem, pp. 13-14

⁵² Idem, p. 12.

⁵³ Idem, p. 14.

⁵⁴ NEGRO; GOMES. *Além de senzalas e fábricas*. *Op. cit.*.

⁵⁵ Ver CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; LARA, Silvia Hunold.

Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: *Projeto História*. São Paulo, 16, (1998), pp. 25-38.

⁵⁶ VITORINO, Artur Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2000.

⁵⁷ TOLEDO, Edilene. Do Sindicalismo Revolucionário ao sindicalismo controlado pelo Estado: sindicatos e sindicalistas na cidade de São Paulo entre o fim da Primeira República e os primeiros anos da Era Vargas. In: *Anpub – XXV Simpósio Nacional de História* – Fortaleza, 2009; Imigração, sindicalismo revolucionário e Fascismo na trajetória do militante italiano Edmondo Rossoni. In: *Cadernos AEL*, v. 15, n. 27, (2009), pp. 121-167.

⁵⁸ TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2004. Vejam-se os casos de Alceste de Ambris, que no início da escalada fascista flertou com essa proposta corporativa, e de Edmondo Rossoni, que vai ocupar importante cargo no novo regime, sem falar no próprio Mussolini que embora nunca tivesse sido sindicalista fora liderança do PSI. Foi notória a desilusão de Alceste de Ambris, quando do retorno à Itália após sua primeira passagem por São Paulo e já adepto do sindicalismo revolucionário, ao escrever que “aparecem na ribalta [dos socialistas] com um desenvolvimento autônomo as organizações de ofício, a liga de resistência, a federação operária”. Il movimento operaio nello Stato de São Paulo. In: *Il Brasile e gli italiani*. Florença, 1906, pp. 843-845, *apud* e traduzido por PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil 1889-1930 documentos vol. 1*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 39.

⁵⁹ BATALHA, Claudio. *Le syndicalisme “amarelo” à Rio de Janeiro, 1906-1930*. Tese de doutorado. Universidade de Paris I, 1986.

⁶⁰ SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa, Letra Livre, 2009; *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo, Imaginário, 2002. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismos, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese de doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.

⁶¹ SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

⁶² NEGRO e GOMES, *op. cit.*, p. 233

⁶³ Idem, p. 232.

Data de envio: 27/10/2013

Data de aceite: 20/11/2013